

vista, no “termo” de Oeiras em 1817 e 1824, onde havia “mais mulher que homem” no plantio. Em 1854, segundo um arrolamento da população por sexo e ocupação das fazendas públicas, o trabalho nas roças era quase que exclusivamente feminino. Na fazenda que servia de sede à inspeção Nazaré, por exemplo, a derrubada de árvores, a abertura de covas, a semeadura, a limpeza de matos entre as plantações e a colheita dependiam da força de negros cativos e do afiamento de 14 machados, 11 facões, 14 foices, 17 enxadas e seis ferros de cova. As ferramentas eram todas velhas e com “consertos”.

Apesar da existência de trabalhadores dedicados exclusivamente à agricultura, o plantel não era significativo. Nas fazendas particulares, pelas informações disponíveis, o mesmo variava entre 20 e 25% para o total de oito a 50 cativos. Nas fazendas públicas, considerando a escassez de trabalhadores nas propriedades, a quantidade era ainda mais reduzida. Em alguns casos, podiam-se encontrar apenas pouca trabalhadoras

velhas labutando ao lado de algumas crianças. Diante da disponibilidade efetiva de mão de obra, da pequena quantidade e da má qualidade dos instrumentos de trabalho, pode-se inferir que a produtividade era pequena. Considerando-se que o propósito da produção era prioritariamente a comercialização, pode-se facilmente constatar as consequências sobre o consumo interno das fazendas pastoris. Também é certo que os trabalhadores escravizados viviam em profundo e grave estado de insegurança alimentar.

***Este texto resulta da pesquisa em andamento “A produção pastoril no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado”, coordenada pelo Prof. Dr. Mário Maestri (UPF) e financiada pelo CNPq.**

****Graduado em Economia (UFPI), Mestre e Doutor em História (PUCRS) e professor do Departamento de Economia, Mestrado em Políticas Públicas e Mestrado em História (UFPI).**

O CENSO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS NO BRASIL

por Zilneide O. Ferreira*

Até o início dos anos de 1960, a internacionalização no Brasil foi incipiente, uma vez que antes havia uma diferenciação no tratamento dado ao capital externo. Em 1962, com o advento da Lei 4.131/62, foi adotado no país o princípio da igualdade de tratamento entre capital nacional e estrangeiro. Entre 1964-1967, o sistema financeiro foi reestruturado e foram elaborados e implementados planos de estabilização econômica (PAEG e PED) para debelar a inflação, que favoreceram um grande fluxo de capitais externos ao país.

Desde a década de 1970, as economias nacionais vêm passando por uma profunda

reestruturação, nas mais diversas áreas, em grande parte favorecida pelos avanços tecnológicos, dando “novo ímpeto à internacionalização do capital” (CRUZ, 2007, p.390). No final dos anos 80, as relações internacionais passaram por profundas mudanças e generalizou-se uma crise econômica que marcou o início de uma nova “ordem” internacional e uma crise estrutural de grandes proporções mundiais (VIZENTINI, 1992). Desde então, os países ditos em desenvolvimento têm aberto suas economias com o intuito de elevar a formação de capital fixo e melhorar seu saldo do Balanço de Pagamentos (KOBRIIN, 2005), especialmente através da

liberalização do Investimento Direto Externo (IDE). No geral, os países mais desenvolvidos são os maiores exportadores de capital, enquanto que os em desenvolvimento são os maiores receptores.

No Brasil, devido à abertura econômica e à liberalização dos movimentos de capitais, nos anos de 1990, mais especificamente após 1994, com a implementação do Plano Real, ocorreu nova onda de investimentos estrangeiros no país e intensificaram-se os debates relacionados ao ingresso de capitais de empresas estrangeiras na economia brasileira. No sentido de melhor conhecer o funcionamento das empresas de capital estrangeiro no país, com ênfase nos investimentos diretos considerados de “boa qualidade” (BCB, 1998), em 1996 foi realizado o primeiro Censo de Capitais Estrangeiros (CCE), no país, com data-base de 31 de dezembro de 1995.

Conforme a Lei 4.131/62, supracitada, capitais estrangeiros são todos os bens, máquinas e equipamentos que entram no país para produzir bens e serviços, bem como os recursos monetários e financeiros para aplicação em atividades econômicas, “desde que, em ambas as hipóteses, pertença a pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no exterior”. No seu artigo 3º, a referida Lei determina que sejam feitos, na Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), os registros dos capitais estrangeiros no país, qualquer que seja sua forma de ingresso (direto ou empréstimo), bem como das remessas, dos reinvestimentos e das alterações do valor monetário do capital das empresas. Também reza essa Lei que “A SUMOC realizará, periodicamente, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo dos capitais estrangeiros aplicados no País”. No entanto, o Censo só foi regulamentado pela Circular 2.692 do BCB, de 20 de junho de 1996, quando, então, foi realizado o Censo 1995, sob a responsabilidade do Banco Central do Brasil (BCB).

Conforme a *Fifth Edition of the Balance of Payments Manual* (BPM5) do *International Monetary Fund* (IMF, 1993) e a *Organization for Economic Co-Operation and Development* (OECD, 1999), o investimento direto é a categoria de investimento internacional que reflete o objetivo de uma entidade residente em uma economia

obter participação de longo prazo em uma empresa residente em outra, bem como um significativo grau de influência do investidor na administração da empresa receptora, cuja finalidade é ganhar voz na gerência da mesma. O investidor direto pode ser um indivíduo, um grupo de indivíduos, uma empresa, um governo. Para um acionista ser considerado um investidor direto é necessário que tenha uma participação acionária de no mínimo 10% em ações ordinárias ou poder de voto (tradução livre). No Brasil, seguem-se estas orientações internacionais.

Esclarecidos os conceitos de capitais estrangeiros e IDE, apresentaremos alguns dados dos Censos 1995 e 2000, uma vez que o BCB ainda não disponibilizou o Censo 2005 para consulta em seu *site*, por este ainda se encontrar em fase de análise de consistência dos dados - por isso, apesar de estudos já existentes sobre o referido Censo, optamos por aguardar os resultados oficiais sobre o mesmo.

O Censo 1995, que engloba os informantes que, em 31 de dezembro daquele ano, detinham 10% ou mais do capital votante ou 20% ou mais do capital total, revela a existência de 6.322 empresas privadas com participação de capital estrangeiro, as quais registravam um capital integralizado no montante de R\$ 84,7 bilhões - sendo R\$ 41,4 bilhões de não residentes -, como parte de um patrimônio líquido de R\$ 106 bilhões, e apresentavam um total de ativos na ordem de R\$ 273,6 bilhões. Estas empresas tiveram lucro líquido de R\$ 5,6 bilhões; realizaram exportações no valor de US\$ 21,7 bilhões e importações de 19,4 bilhões (um *superávit* de US\$ 2,3 bilhões); diretamente, empregaram, em média, 1 milhão e 447 mil trabalhadores; e geraram tributos de R\$ 42,5 bilhões.

Considerando-se apenas as empresas em que o capital externo, em termos de voto, era majoritário (superior a 50%), ou seja, as que eram controladas por não residentes, foram encontradas 4.902 (cerca de 77,5% do total de empresas com capital estrangeiro no país registrado pelo Censo naquele ano). Estas apresentavam ativos totais no valor de R\$ 159,8 bilhões (mais da metade do cômputo total); lucro líquido na ordem de R\$ 3,7 bilhões (cerca de 66% do total geral); e importaram (US\$ 15,7 bilhões) mais do que

exportaram (US\$ 14,5 bilhões) - o que representou uma participação de 39% e 47%, nas importações e exportações, respectivamente, dos totais registrados no Balanço de Pagamentos de 1995. Também foram responsáveis por quase 63% (911 mil) do total dos empregos diretos criados por elas e geraram tributos de R\$ 34,7 bilhões (correspondendo a mais de 80% do total gerado).

Estes capitais vieram dos mais diversos países, sendo os Estados Unidos (US\$ 10,8 bilhões), Alemanha (US\$ 5,8 bilhões) e Japão (US\$ 2,6 bilhões) os três maiores investidores. A indústria foi a atividade econômica que apresentou o maior estoque de IDE em 1995 - US\$ 27,9 bilhões, contra US\$ 12,8 bilhões do setor Serviços e US\$ 924,9 milhões da Agricultura, pecuária e extrativa mineral.

Estas mesmas variáveis, em relação ao Censo 2000, apresentaram elevados números. Por exemplo, o número de empresas privadas com participação de capital estrangeiro totalizou 11.404 (80,4% a mais que no Censo anterior); com um total de R\$ 351,7 bilhões de capital integralizado, ativos totais de R\$ 914,1 bilhões (destes, R\$ 641,6 bilhões eram de empresas cujo capital majoritário era estrangeiro); e geraram R\$ 85,7 bilhões de tributos - sendo R\$ 67,1 bilhões em impostos sobre mercadorias e serviços,

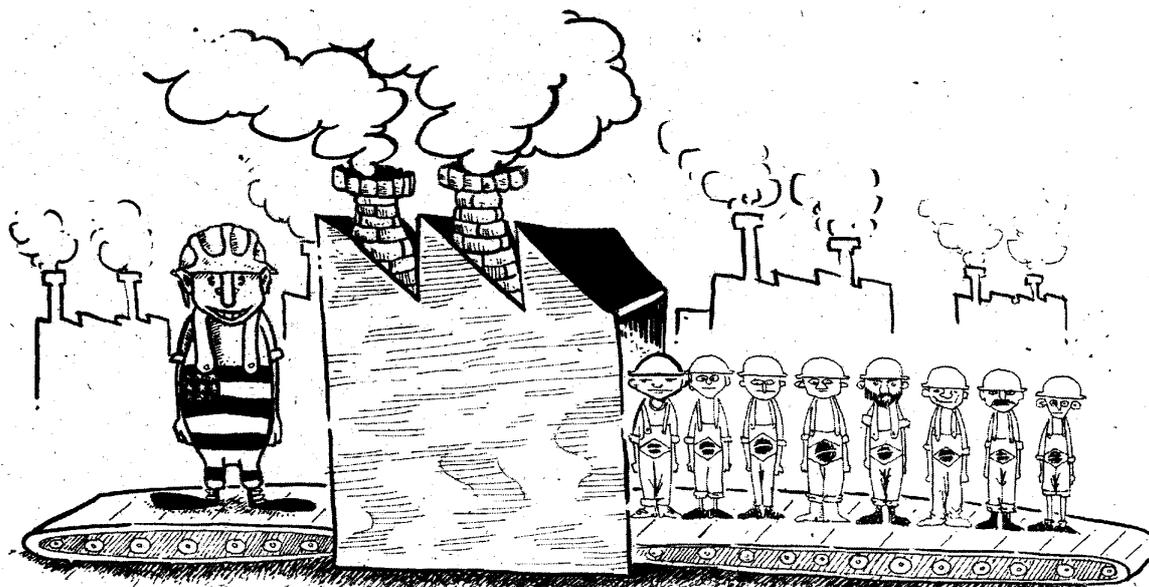
R\$ 6,0 bilhões em imposto de renda e contribuições e R\$ 12,6 bilhões em outras despesas tributárias.

As importações aumentaram, em relação ao Censo anterior (US\$ 31,5 bilhões); as exportações também, mas relativamente menos que as importações (US\$ 33,2 bilhões) - ainda apresentando *superavit* (US\$ 1,7 bilhão), embora menor que o apresentado no Censo 1995. Quanto aos empregados, a média anual foi de 1.709.555 pessoas, no período entre 1996-2000.

Vale ressaltar que houve uma mudança de direção em relação aos setores da atividade econômica: o estoque de IDE na Indústria foi da ordem de US\$ 34,7 bilhões, enquanto que o dos Serviços chegou a cerca de US\$ 65,9 bilhões e a Agricultura, pecuária e extrativa mineral totalizou US\$ 2,4 bilhões.

Em tempo, a participação do capital estrangeiro nas privatizações, no período entre 1996 e 2000, foi de US\$ 29,6 bilhões, do total de US\$ 112,6 bilhões (BCB, 2009).

Em relação aos valores do Censo 1995, o IDE na Indústria apresentou um aumento de aproximadamente 24%; os Serviços, mais de 400%; e o setor primário, mais de 150%. Entre os maiores investidores, os Estados Unidos continuaram à frente (US\$ 24,5 bilhões), seguidos



De Feck & Co.

pela Alemanha (US\$ 5,8 bilhões) e, agora, pela França (US\$ 2 bilhões).

Esses números revelam o aumento do grau de inserção internacional do Brasil e o crescimento econômico (embora pífio) desencadeado pelos investimentos estrangeiros no país, com aumentos na formação bruta de capital, na geração de tributos, das exportações realizadas pelas empresas nacionais com participação de capitais estrangeiros, dentre outros, decorrentes, segundo o BCB (1998), da estabilidade macroeconômica, após o Plano Real, e das reformas estruturais.

No entanto, com toda essa melhora, pós-Plano Real, inclusive em relação à inflação, verificou-se que a reestruturação produtiva pela qual passou a economia brasileira não impediu a manutenção da heterogeneidade no país, principalmente na distribuição da renda e na situação das famílias. O mercado de trabalho brasileiro foi um dos diretamente afetados pela reestruturação da economia - o nível de emprego caiu e o desemprego da mão de obra, momento na indústria, foi crescente e apresentou uma característica diferente da apresentada nas oscilações do ciclo da produção, ou seja, aumento do desemprego da força de trabalho, quando em fase de recessão, e recuperação do emprego em fase de crescimento. Em outras palavras, mesmo com aumento da produção, o nível de emprego não se recuperou.

Segundo dados do IBGE (2009), a população ocupada de 15 anos e mais que, em dezembro de 1994, era de 15.897.581, em dezembro de 1999 contava com 16.828.277 de ocupados (um aumento de 5,85%), enquanto que o número de desocupados da população de 15 anos e mais montava 562.711, em dezembro de 1994, e chegou a 1.119.344, em dezembro de 1999 (elevação de quase 100%). A taxa de desemprego aberto, que em 1990 foi de 4,3%, ultrapassou os 5% em 1994 (com uma leve redução em 1995: 4,7%), mantendo-se abaixo de 6% até 1997, mas ultrapassando a casa dos 7% em 1998 e 1999 (7,6%, em ambos os anos) (REGO; MARQUES, 2005, p. 269).

Além disso, nestes anos de 1990, ocorreram mudanças na qualidade do emprego, com o aumento da terceirização e da informalidade (concomitantemente à redução do mercado formal e suas implicações na arrecadação da Previdência

Social, por exemplo), insegurança no emprego, extensas jornadas de trabalho, etc., que caracterizaram a precariedade do mercado de trabalho e do próprio trabalho.

Referências Bibliográficas

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Censo de Capitais Estrangeiros – data-base: 1995**. Brasília, maio de 1998. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?CENSO1995P>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

_____. **Censo de Capitais Estrangeiros – data-base: 2000 - resultado**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?CENSO2000RES>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

BRASIL. **Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962**. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4131-Compilada.htm>. Acesso em: 07 de Mar. 2007.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: UNESP, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?e=p&t=10&z=t&o=3>>. Acesso em: 26 abr. 2009.

IMF – International Monetary Fund. **Balance of Payments Manual**. 1993. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sta/bop/bopman.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2008.

KOBRIIN, Stephen. **The determinants of liberalization of FDI policy in developing countries: a cross-sectorial analysis, 1992-2001**. Transnational Corporations, v. 14, n. 1, april/2005. Disponível em: <<http://www.mangement.wharton.upenn.edu/>>. Acesso em: 12 Ago. 2008.

OECD – Organisation for Economic Co-Operation and Development. **Benchmark definition of foreign direct investment**. Third edition, 1999. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/10/16/2090148.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2008.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Orgs.). **Economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

VIZENTINI, Paulo G. F. (Org.). **A grande crise: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes, 1992.

* Economista graduada pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mestranda em Ciência Política na mesma instituição.